

Enquadramento

A emergência de novos processos de exclusão social e persistência de fortes desigualdades pessoais e espaciais, subjacentes à problemática da pobreza estrutural, põe hoje em evidência a necessidade urgente de uma nova visão estratégica de combate às desigualdades e às lacunas existentes no nosso sistema de protecção social aos indivíduos e às famílias. Surge novos tipos de necessidades e novos desafios que é preciso identificar, por forma a apostar-se na construção de uma sociedade humana desenvolvida, espacial e ambientalmente equilibrada.

As alterações verificadas na sociedade dos nossos dias, trazem problemas e necessidades que exigem formas diferentes de olhar e actuar no social, apelando ao esforço de todos e à utilização das várias energias positivas, no sentido da melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Promover parcerias de terreno, que de uma forma articulada, possam contribuir para uma união de esforços, para resolver ou encaminhar os problemas individuais e ou familiares, sem esquecer os recursos dos próprios e do meio, é certamente uma forma de se conseguir uma actuação eficaz e mais próxima de quem precisa de apoio contribuindo para o diagnóstico das necessidades locais e para o planeamento de acções futuras, tendo em vista o desenvolvimento local. Chegar a projectos colectivos, mais do que multiplica acções isoladas, implica reunir competências múltiplas e favorecer o desenvolvimento de acções intersectoriais, por parte de diferentes organismos que se esforçam por ajustar os seus modos de funcionamento e articular os seus modos de intervenção, para melhor se adaptarem à complexidade e gravidade das situações sociais.

Assim é fundamental ao nível local, organizar recursos, facilitar e clarificar projectos individuais e ou colectivos e avaliar os recursos já existentes, partindo preferencialmente do contacto directo com as pessoas.

É neste contexto que encontra sentido trabalhar por projectos, desenhadas à escala do território, numa acção planeada enquanto agentes de desenvolvimento local, mobilizadores de recursos, criadores de riqueza e estimuladores de energias pessoais de participação.

Princípios de Acção

Princípio da Integração

Uma política económica e social não pode ser definida, se forem descorados os seus efeitos nos processos de exclusão, devendo por isso velar-se para que ela contribua para a promoção e integração social dos cidadãos. A integração social, como um dos princípios fundamentais de todo o trabalho social, terá de significar uma atenção especial aos grupos mais desfavorecidos, fazer apelo à sua participação e apontar para uma acção concertada entre as várias entidades, com vista à união de esforços, saberes e recursos.

O princípio da integração deverá assentar:

- Na convergência de medidas económicas, sociais e ambientais entre outras, com vista à promoção das comunidades locais, através de acções planificadas, executadas e avaliadas de uma forma conjunta.
- Na convergência de ajustamentos recíprocos das pessoas, grupos sociais e própria sociedade.
- No incremento de projectos locais de desenvolvimento, fazendo apelo à participação de todos os intervenientes locais e à congregação dos recursos de todos, para a resolução dos problemas sociais.

Tem como pressupostos a **competência social** e a **adaptação social**.

- Competência social, pela capacidade que a sociedade deve ter em integrar todos os seus membros, investindo por isso em acções que contribuam para as mudanças necessárias.
- Adaptação social pela capacidade que cada um tem, em utilizar mecanismos facilitadores dessa adaptação, tendo em vista a sua autonomia pessoal

Esta Rede deve ter como uma das suas funções principais, fazer com que os promotores de vários projectos se inscrevam num projecto mais global e de conjunto e só uma sinergia entre eles pode levar a um processo de desenvolvimento. O desafio que se coloca é de ser capaz de integrar as várias medidas de política, os instrumentos existentes ao nível dos vários sectores, numa acção concertada e coerente de desenvolvimento local.

Princípio da articulação

Se até hoje se vem constatando a cooperação progressiva entre parceiros centrada sobre a realização de uma acção particular ou de um projecto, com objectivos circunscritos a uma finalidade directamente operacional, a rede social aponta para a cooperação entre actores que intervêm num domínio mais vasto, com vocação global, integrando as parcerias sectoriais.

Esta Rede deve ter como uma das funções principais, articular e integrar progressivamente as várias parcerias existentes, fazer com que os promotores das diferentes iniciativas locais se integrem num projecto mais global e de conjunto, pois só uma sinergia entre parcerias de terreno pode levar a um processo global de desenvolvimento. Actuar em articulação com todos os intervenientes, a nível local, é a melhor forma de ultrapassar o risco de termos uma política social pontual e sectorial, sem coerência global e de promover instâncias locais de participação e planificação. A constituição de uma base de parceria alargada revela-se a única forma de gerar um processo de desenvolvimento local e implica desenhar projectos de acção colectivos, em vez de multiplicar acções isoladas e, por vezes, concorrentes.

Assim em consonância com este princípio, a rede social deve constituir um suporte de acção, permitir criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade.

A construção da parceria, em torno de um objectivo comum, pressupõem:

- Definir o objecto da cooperação e equacionar em conjunto o contributo de cada parceiro;
É preciso que cada se sinta útil no trabalho colectivo, não lhes impondo papéis que não podem desempenhar e aceitar diferentes capacidades de participação.
- Organizar a parceria de acordo com os modelos operacionais eficazes, através de um esquema participativo mais reduzido ou mais alargado de parceiros, consoante os momentos e o tipo de acções a desenvolver;
- Traduzir concretamente a parceria através de acções que permitam ajustar os diferentes modos de intervenção e proporcionar uma aprendizagem da cooperação;
- Co-responsabilizar os parceiros envolvidos no desenvolvimento e sucesso do conjunto de acções, pressupondo que os vários agentes definam, para além dos interesses respectivos e até das suas divergências, uma estratégia comum.

Na construção deste espaço de parceria é ainda preciso ter em conta:

- As relações já existentes entre os parceiros;
- Que cada parceiro destaque o seu melhor representante face ao contexto;
- Que seja fornecida informação suficiente para a integração de todos;

- Que estejam representados todos os sectores que potencialmente tenham interesses e recursos, face aos problemas detectados;
- Que seja definido claramente o que a cada parceiro compete fazer;
- Que seja consensualizada desde o início dos trabalhos, a quem compete a coordenação técnica das várias acções.

A parceria é uma forma de “repartição” onde as decisões devem ser partilhadas, implicando a população e suas expressões organizadas ou não, em processos de participação mais alargados.

- Obriga a estabelecer articulação entre os vários sectores, criando espaços de dialogo, por forma a ultrapassar os papeis e clivagens tradicionais e a redefinir as relações entre eles.
- Conduz a novo quadro de relações entre a administração pública central e local, as entidades privadas e a população.
- Deve dar lugar a novas estratégias e a novos recursos.

A cooperação entre parceiros, não se constrói normalmente de forma espontânea ou “natural”, ela é fruto de contactos e de trabalho que leva tempo a sedimentar. Esta cooperação é construída em cima de uma grande diversidade de parceiros que se associam em função de interesses bem diversificados e com diversas legitimidades. É importante não esquecer o papel desempenhado pelos parceiros económicos num processo de desenvolvimento local, uma vez que estes representam um sector que detém enormes potencialidades que concorrem para a coesão social, com acções preventivas nas comunidades onde estão inseridas. O envolvimento social das empresas na comunidade tem-se expandido rapidamente em outros países da Europa e começa também já a verificar-se em Portugal . É oportuno que, no âmbito da Rede elas constituam parceiros activos, intervenientes em todas as fases do processo de desenvolvimento local.

É, pois, importante que as parcerias funcionem de uma forma simples, desburocratizada que facilitem o diálogo, a participação e a decisão, que sejam flexíveis na procura de soluções para a resolução dos problemas ou para a criação de novas respostas.

Princípio da subsidiariedade

O modelo instituído para funcionamento da rede social, é um verdadeiro exemplo de aplicação do princípio de subsidiariedade. É no território, no local que os problemas terão de ser resolvidos. É próximo das populações que se deve actuar, de uma forma concertada, articulada e preventiva, pois, é a este nível que:

- se identificam as necessidades, recursos, capacidades e identidades dos agentes de mudança;
- se conhecem os efeitos reais das políticas sectoriais e globais;
- se situam as novas oportunidades e iniciativas, pela implicação dos diferentes agentes locais no desenvolvimento de projectos próprios;
- se podem ensaiar, inovar, enraizar e integrar acções;
- se criam espaços de autonomia, organização e gestão;
- se podem criar condições de exercício de solidariedade e de intervenção colectiva, estrategicamente participada, planeada e avaliada;
- e se criam condições efectivas de ressurgimento de processos de crescimento harmoniosos e controlados, onde as dimensões económica, cultural, social e ambiental se cruzam numa finalidade comum; a melhoria das condições de vida e realização das pessoas, família e comunidade geral.

Só depois de serem explorados os recursos e competências locais, se deverá apelar para outro nível de encaminhamento e resolução dos problemas. A colaboração crescente do poder local, pode contribuir para a concretização das políticas a partir de um melhor conhecimento das suas populações, problemas, necessidades e potencialidades.

É a partir da análise destes problemas, necessidades e potencialidades que os diferentes intervenientes, definem em conjunto, as suas opções estratégicas, fixando objectivos prioritários e as vias possíveis para os alcançar.

O local é o espaço privilegiado de desenvolvimento de processos participativos, no exercício de uma democracia efectiva e de formas de regulação social, em que o estado, sociedade civil organizada e cidadãos se unem, criando factores de mudança propiciadores da inserção dos mais desfavorecidos.

A resolução depende muitas vezes em primeira-mão das pessoas, devendo por isso ser associadas às suas soluções. É preciso acreditar que as pessoas e o seu meio próximo de relações, dispõem de recursos escondidos e que é na exploração conjunta desses recursos que se encontra por vezes, a resolução de situações.

Uma intervenção territorizada, propiciadora da participação das populações, dos vários agentes, dos serviços e entidades locais, é certamente uma forma mais correcta de actuar e irá conduzir a uma intervenção direccionada para o desenvolvimento local, enquanto responsabilidade colectiva, que deverá ser assumida aos diferentes níveis, local, concelhio, regional e nacional.

Princípio da Inovação

Face à emergência de novas problemáticas e às mutações sociais que ocorrem a ritmo acelerado, torna-se imprescindível uma mudança de atitude e a aquisição de novos saberes. Tudo passa depressa, o tempo tem cada vez menos tempo, é grande a sensação de “movimento” que nos é dado, sobretudo pela informação. Nesta “era de mudança” é necessário, sem cessar, adaptarmo-nos e ajustarmo-nos às constantes alterações do dia-a-dia.

A inovação dos processos de trabalho e das suas práticas, a eficiência e eficácia dos modelos a utilizar, são aspectos essenciais a ter em conta em qualquer acção a implementar. Não basta definir políticas é preciso que estas sejam adequadas às realidades em presença para que a sua aplicação seja eficaz. Importa caminhar sem cessar para a descentralização efectiva dos serviços, para a desburocratização dos procedimentos dos organismos públicos e privados, para o incremento da informação activa junto dos grupos e para a criação de um sistema de comunicação fácil e acessível entre os serviços e os cidadãos. É essencial reforçar a importância das organizações de base associativa, como instrumentos que tecem e reforçam os elos sociais indispensáveis para o reforço do protagonismo que as populações devem ter nos processos de desenvolvimento que as visam.

Agir de forma coordenada e intervir através da acção multidisciplinar, traduz o reconhecimento da impossibilidade, perante a vastidão e complexidade dos problemas sociais, de trabalhar de forma fragmentada e não coordenada e da indispensabilidade de uma abordagem entre vários sistemas e instituições. Daí a emergência crescente do trabalho inter-institucional e das capacidades de negociação e mediação exigidas aos vários intervenientes num processo participado.

ETAPAS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA REDE SOCIAL DE GOUVEIA

1.ª ETAPA

(Março 2003/Junho 2003)

Objectivos

- Auscultação dos problemas e expectativas sentidos pelos intervenientes no desenvolvimento social de Gouveia.
- Construção da estrutura e pré plano do Pré diagnóstico (ex. definição das áreas temáticas/Capítulos).
- Construção a dinâmica da Rede (forma de actuação e mobilização dos actores locais).

Actividades de metodologia

Implementação da Rede através de:

- Reuniões de supervisão quinzenais – Visitas a diversas Redes em execução (Tábua, Vila da Feira, Cantanhede).
- Elaboração de instrumentos de recolha de dados (ex. questionários às Junta de Freguesias).
- Participação em acções de formação de âmbito metodológico (20 horas)

Actividades de implementação

- Reuniões de sensibilização e recolha de informação: Cerca de 55 reuniões com as 22 Juntas de Freguesia; Cerca de 40 reuniões com os parceiros e outras instituições.
- Organização do dossier financeiro
- Recolha estatística e bibliográfica
- Elaboração dos dossiers de arquivo.
- Elaboração do Pré-Diagnóstico (tratamento dos dados e análise).
- Reuniões de Avaliação

Contactos

- 18 Parceiros da Rede; 22 Juntas de Freguesia; ADRUSE; ABPG; Terra Preservada; PLCP; Delegação Escolar; CRSS Local; Centro de Saúde; Escola Secundária; Universidade Beira Interior; Instituto Nacional de Estatística; CCRC; DRABI.

Resultados

- Cerca de 80% das Juntas de Freguesia colaboraram na identificação de problemas e expectativas.

- Caderno de apresentação e planificação da Rede Social.
- Identificação de 122 Agregados Familiares com carências habitacionais.
- Definição das 10 áreas temáticas para a caracterização socio-económica.
- Organização de 9 dossiers de arquivo (por cada área de estudo).
- Realização do 1.º Plenário

2.ª ETAPA

(Julho 2003/Dezembro 2003)

Objectivos

- Elaborar o pré diagnóstico: Continuação do tratamento e análise da informação.
- Identificar e priorizar problemas por sectores de intervenção.
- Divulgar a Rede Social para a comunidade.

Actividades de metodologia

- Visitas a diversas Redes em execução (Tábua, Oliveira do Hospital, Fornos de Algodres).
- Reuniões de supervisão quinzenais.
- Construção e aplicação de técnicas (ex. Grelha Referencial para a saúde, Nuvem de Problemas, ficha de caracterização das associações).
- Participação em acções de formação de âmbito metodológico (44 horas)

Actividades de implementação

- Organização e realização das 1.ªs reuniões sectoriais (Saúde, Educação e Acção Social).
- Elaboração e entrega da 1.ª versão do pré-diagnóstico.
- Realização do Folheto e Cartazes da Rede Social.
- 2 reuniões de Comissão Permanente.
- Reunião Inter-CLAS Regional.
- Participação no encontro nacional das Redes Sociais.
- Reuniões de Avaliação

Contactos:

- Entidades representantes da Saúde Acção Social e Educação.
- CAT, ABPG, Centro de Saúde, Agrupamentos de Escolas Verticais de Gouveia e Vila Nova, Instituto de Gouveia, Escola 3.º CEB e Secundária, Associações de Pais, ECAI, Equipa Intervenção Precoce, Equipa Interdisciplinar de Problemas da Criança, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, GNR, PSP, Centro Distrital de Segurança Social da Guarda, Cáritas, PLCP, IEFP, UNIVA, Fundação D. Laura dos Santos.

Resultados

- Edição de 1000 Folhetos e 50 Cartazes.
- Participação de: 6 entidades na reunião sectorial da Saúde; 11 entidades nas 2 reuniões sectoriais da Educação; 9 entidades na reunião sectorial de Acção Social; 1.ª Matriz de classificação de problemas (Saúde).
- Realização da reunião Inter-CLAS em Gouveia

3.ª ETAPA (Janeiro 2004/Junho 2004)

Objectivos

- Concluir o pré-diagnóstico e construir o diagnóstico em processo participativo com os parceiros da Rede e de outras entidades.

Actividades de metodologia

- Aplicação do método “análise SWOT” aos problemas identificados por sector.
- Reuniões de supervisão.
- Acções de envolvimento e co-responsabilização dos técnicos dos diversos sectores na revisão dos capítulos e contributos ao nível das potencialidades e estrangulamentos na sua área de especialização.
- Concensualização das análises SWOT em debates sectoriais.
- Participação dos parceiros numa acção de formação de âmbito metodológico (4 horas)

Actividades de implementação

- Reuniões com técnicos de diversas entidades para a construção do diagnóstico.
- Reuniões sectoriais nas áreas de: Acção Social, Saúde, Habitação, Educação, Ambiente.
- Reformulação dos capítulos do pré-diagnóstico dos capítulos de Acção Social, Habitação, Educação Ambiente e Actividades Económicas.
- Organização do I Encontro de Conselhos Locais de Acção Social da Região Centro.

Contactos:

- Reuniões com as entidades representantes da Saúde (Câmara: Vice Presidente, Sector Acção Social, CAT, Centro de Saúde, ABPG, GAF); Acção Social (PLCP, CDSS, ABPG, CAT, IEF, CPCJR, Cáritas, Fundação Laura dos Santos) Habitação (GTL, Gabinetes de Obras e Jurídico da CM, PLCP); Ambiente (Sector Parque e Limpezas da CM, Protecção Civil, GNR, PNSE, Centro de Saúde, Saúde Pública, Escola Secundária, Clube do Ambiente) e Educação (Equipa de Apoios Educativos, Conselho Executivo da Escola Secundária,

Conselho Municipal de Educação, IG – Instituto de Gouveia, Coordenação do Agrupamento Vertical de Escolas de Gouveia, Coordenação do Ensino Recorrente, Associação de Pais do Agrupamento Vertical de Escolas, Associação de Pais Secundaria, GOUFOR, ABPG, ADRUSE/CRVC).

- Reuniões no âmbito das actividades económicas: Zona Agrária de Gouveia, DRABI, URZE, Cooperativa Terra Preservada, ADRUSE, RTSE, Empresa Municipal, Sindicato Trabalhadores Têxteis, IEFP, Associação Comercial, diversas Empresas (Têxteis Serra da Estrela, PRAFIL, VITALIS, Quinta da Espinhosa, Quinta do Paço, Adega Cooperativa de Vila Nova de Tazem, Quinta das Cegonhas), ABPG.

Resultados

- Elaboração de 42 matrizes de análise SWOT correspondentes aos 42 problemas identificados como prioritários para os 10 sectores de intervenção.

Participação de:

- 12 técnicos na reunião sectorial da Saúde
- 12 técnicos na reunião sectorial da Acção Social
- 8 técnicos na reunião sectorial Habitação
- 14 técnicos na reunião sectorial da Educação
- 13 técnicos na reunião sectorial do Ambiente

4.ª ETAPA

(Julho 2004/Fevereiro 2005)

Objectivos

- Apresentação e aprovação do documento Pré-diagnóstico e Diagnóstico Social de Gouveia.
- Plano de Desenvolvimento Social

Actividades de metodologia

- Reuniões de supervisão.
- Reuniões de avaliação.
- Reuniões da Comissão Permanente.
- Verificação e revisão de dados.
- Participação no Encontro de Redes em Manteigas.

Actividades de implementação

- Recepção ao Encontro Regional de Rede Social em Gouveia.
- Reuniões individuais com os Parceiros.
- 4 Plenário do CLAS

Contactos:

- CAT/ Centro Saúde e PLCP.
- Reuniões individuais: Escola Secundária de Gouveia; Agrupamento de Escolas de Gouveia; GAF; CAT; Centro de saúde; CACE; ADAT; PLCP; IEF; GOUFOR; URZE; Grupo Sócio Caritativo; Grupo de Jovens para a Solidariedade; Junta de Freguesia de Mangualde; Junta de Freguesia de Paços; Centro Paroquial N. Sr.^a da Assunção; Centro Social e Paroquial de Vinhó.
- Comissão Social de Freguesia de Vila Nova de Tazem.
- Comissão Nacional da Rede Social; PLCP; Animar.

Resultados

- Documento **pré-diagnóstico** com a caracterização de 10 áreas (geografia & história; demografia; saúde; educação & formação; acção social; habitação; emprego & actividades económicas; segurança; ambiente e associativismo).
- Documento **Diagnóstico** com a caracterização de 38 problemas identificados.
- Proposta da Comissão Permanente para a construção do Plano de Desenvolvimento Social.
- Documento **Plano de Desenvolvimento Social** de Gouveia, prevendo a implementação 4 de projectos (Família em Foco; aGARRA; Raiz e Oxigénio) no âmbito do eixo da cidadania, 2 projectos no eixo do emprego (Inovar e Atracção) e ainda o desenvolvimento de 4 acções transversais (Banco de voluntariado, dinamização de infra-estruturas associativas; Plano de Comunicação e Guia de Recursos e Oportunidades), de acordo com os problemas identificados e em articulação com os projectos a decorrer.
- Participação em média de 20 Parceiros nos plenários do CLAS.
- Participação de cerca 160 Técnicos no Encontro Regional de Redes.